

A QUESTÃO REGIONAL NO BRASIL: UMA INTRODUÇÃO AO DEBATE

Alcides Goularti Filho¹

Resumo

O objetivo desta nota é apresentar uma introdução ao debate sobre a questão regional no Brasil a partir de vários enfoques: desconcentração concentrada; articulação comercial e produtiva; desconcentração poligonal e reversão da polarização; desconcentração fragmentada, e desconcentração e inflexão econômica regional.

Palavras-chaves: economia regional brasileira – concentração e desconcentração regional.

Classificação JEL: 0180

1 INTRODUÇÃO

Esta nota traz o debate recente sobre a questão regional no Brasil. O texto enfoca as duas abordagens: a neoclássica, centrada na teoria da localização, e a heterodoxa, centrada na formação histórica e na atuação do Estado. O texto está dividido em três partes. Inicialmente serão apresentados os fundamentos da teoria da localização e a busca pelo ponto de equilíbrio. Em seguida, serão discutidos os resultados da pesquisas acadêmicas sobre a questão regional brasileira numa perspectiva crítica dando ênfase à história econômica e social e ao papel desempenhado pelo Estado. E, por último, será apresentada uma breve consideração final.

¹ Doutor em Economia pela UNICAMP e professor do Departamento de Economia da UNESC. E-mail: alcides@unesc.rct-sc.br

2 TEORIA DA LOCALIZAÇÃO: ABORDAGEM NEOCLÁSSICA

Na literatura sobre economia regional dentro de uma perspectiva neoclássica destaca-se principalmente a Teoria da Localização, que tem como referência os trabalhos de J. H. Von Thünen (1826), Alfred Weber (1909) e August Lösch (1940). Para esses autores, as características locais definem a viabilidade ou a inviabilidade para realizar um investimento. Numa simples análise de custo/benefício, as abordagens neoclássicas tornam a localização determinante na maximização do lucro buscando o ponto ótimo de localização que minimize os custos para chegar ao equilíbrio (LEME, 1982).

Para Weber (1909), as matérias-primas são distribuídas desigualmente no espaço, sendo assim a localização de uma unidade produtiva será determinada pelo menor custo de produção, tendo o transporte como o fator mais preponderante na composição dos custos, ao contrário da mão-de-obra que tem oferta ilimitada. Weber (1909) trabalha com concorrência perfeita e coeficiente de produção fixo, isto é, nega a crise. Já Lösch, “concentra-se mais no lado da demanda, da receita, relegando a plano secundário as variações de custos” (AZZONI, 1982). Para Lösch (1940), a renda e os fatores de produção são distribuídos de forma uniforme e a localização dos investimentos está dentro de uma área previamente determinada e a maximização dos lucros é que define a localização. Thünen, o pioneiro na teoria da localização, voltou seus estudos mais para a agricultura, afirmando que a localização das atividades agrícolas dá-se no entorno de uma área urbana, que é independente do restante do sistema econômico (LE MOS, 1988). A partir dessa análise, brotou a idéia de “anéis de Thünen”, que são “circunferências em torno da cidade, cada uma delas delimitando a área de cultivo de um produto” (AZZONI, 1982). A fertilidade da terra, segundo Thünen, é distribuída de maneira uniforme.

Destaca-se nessa escola a ilusão de que os recursos são distribuídos de forma uniforme e que o equilíbrio regional será naturalmente alcançado, ficando a cargo da “mão invisível” alocar os recursos nas regiões que têm mais capacidade e “sensibilidade” para receber os investimentos, os quais em seguida serão espalhados para outras regiões menos capacitadas, gerando desenvolvimento uniforme.

A Teoria da Localização foi sintetizada por Walter Isard (1956), para quem a teoria, até então, tratava apenas de modelos particulares e sua função foi torná-la geral. Isard elabora um modelo de minimização de custo e de área de mercado (variação espacial da receita) unificando-os no final (AZZONI, 1982). É daí que nasce a Regional Science, fundada e difundida nos EUA nos anos de 1950 e 1960, que estuda a questão regional do ponto de vista econômico, sociológico e geográfico com elevada dose quantitativa.

3 QUESTÃO REGIONAL NO BRASIL: ABORDAGENS CRÍTICAS

No Brasil, para analisar a questão regional, segundo Cano (1985), entre as teorias da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) e da Regional Science, prevaleceu a primeira. Segundo as teorias da CEPAL, para o Brasil reverter sua condição de periferia era necessário um projeto de industrialização e de reforma agrária. Como havia inércia empresarial, as demandas sociais aumentavam exponencialmente e constantemente eram presenciados estrangulamentos na oferta, e esperar pelo mercado, pela ótima localização, pela minimização dos custos locacionais significava aprofundar o subdesenvolvimento. Fazia-se necessária uma ação direta do Estado para reverter a condição de periferia. Porém, no que tange ao desequilíbrio regional, a interpretação cepalina foi inadequada (interpretação esboçada no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN), pois, segundo Cano (1985),

no que se refere às tentativas de aplicá-lo à dimensão regional de uma nação, consiste em que a concepção ‘centro-periferia’ só é válida quando aplicada ao relacionamento entre Estado-nação politicamente independente, e não entre regiões de uma mesma nação, onde a diferenciação de fronteiras internas não pode ser formalizada por medidas de política cambial, tarifária e outras (p. 23)

Temos que entender que as regiões brasileiras são resultado de processos históricos com determinantes e condicionantes específicos e cada qual reage à sua maneira em função da sua estrutura social, econômica e cultural herdada do passado e das suas opções políticas no presente.

Com a mudança no padrão de acumulação a partir de 1930, todo investimento conseqüentemente seria voltado para onde o mercado interno absorvesse a produção e houvesse mínima estrutura viável aos investimentos realizados. Isso se deu principalmente nas décadas de 1940 e 1950, quando os investimentos preferencialmente se voltavam para São Paulo, aumentando ainda mais as disparidades regionais. Por que São Paulo foi o Estado mais beneficiado com os investimentos no período em questão? Segundo Cano (1985) devemos retornar ao último quartel do século passado, quando a economia cafeeira paulista foi a primeira a introduzir relações capitalistas de produção e a fazer uma série de investimentos em infra-estrutura para beneficiar e escoar a produção cafeeira, contribuindo decisivamente para iniciar a industrialização em São Paulo. As demais regiões ou estavam em processo de decadência – como é o caso do Nordeste com o açúcar e o Norte com a borracha – ou tinham crescimento atrelado ao de São Paulo – como é o caso do Extremo Sul com as atividades tradicionais de alimentos, suprimentos e têxteis. O ritmo acelerado de crescimento da economia paulista imprimia crescimento aos estados periféricos. Cano (1990) conclui que somente por meio de ações efetivas do Estado é que a periferia poderia dar saltos e desenvolver seu parque industrial para romper com a situação de atraso.

Analisando os desequilíbrios regionais e a concentração industrial no Brasil, de 1930 a 1970, Cano (1985) argumenta que o período de industrialização restringida e da integração do mercado nacional foi ditado a partir de São Paulo, e as economias periféricas sofreram efeitos de estímulo, de inibição e de destruição na sua base comercial e produtiva: “o capital industrial sediado basicamente em São Paulo, sendo o elemento dominante no novo padrão de acumulação, também seria dominante na propagação desses efeitos” (p. 191). Esses efeitos poderiam ser amortecidos pelos gastos públicos ou por meio de investimentos privados direcionados regionalmente.

O efeito de estímulo ocorre quando a “demanda anteriormente satisfeita por importações do exterior e que agora é cativada à indústria nacional; e pela expansão da demanda urbana (regional e/ou nacional) que se dá pela dinâmica do processo de recuperação e crescimento” (*ibid.*). O efeito de

bloqueio se dá quando bens produzidos na região e que são comercializados localmente passam a ser substituídos por bens produzidos no centro (São Paulo). O efeito de destruição atuou tanto no período de industrialização restringida como no posterior, de industrialização pesada, e ocorreu quando a indústria do centro dominou o mercado regional periférico. No entanto, Cano (1985) conclui que:

à medida que algum grau de integração do mercado nacional fosse se desenvolvendo em todas as regiões poderiam manifestar-se tanto efeitos de destruição como de bloqueio ou de estímulo (...). Essa manifestação dar-se-á com distintas intensidades em cada uma das regiões impactadas pelo desenvolvimento capitalista da região que lidera o processo de integração. Quer por sua proximidade geográfica, por sua disponibilidade e grau de ocupação de determinados recursos naturais e, principalmente, por sua capacidade em “assimilar e propagar internamente” o desenvolvimento de relações capitalistas de produção mais avançadas emanadas a partir do “pólo”, uma região poderá se beneficiar mais que outra durante o processo de integração (p. 207).

As áreas mais próximas de São Paulo foram as que mais receberam “impactos positivos de integração”. As áreas relativamente vazias, como Mato Grosso, Goiás, Triângulo Mineiro e Paraná, “praticamente constituíram parte de uma *frente avançada* do ‘capitalismo paulista’” (p. 207) via setor agrário. As áreas mais próximas e mais antigas, como Minas Gerais, Santa Catarina e Rio de Janeiro, “receberam impactos positivos via complementaridade industrial num sentido amplo, isto é, não apenas pela oferta de bens de produção, mas também de consumo” (*ibid.*). As áreas mais distantes sofreram efeitos de estímulo e de destruição, é o caso da Amazônia e do Nordeste. Nessas regiões, a penetração das relações capitalista de produção foi bloqueada, em parte, pelas arcaicas estruturas oligárquicas locais. O movimento da industrialização pesada, de 1955 a 1970, reforçou a concentração industrial em São Paulo e exigiu “maior grau de complementaridade agrícola e industrial” (p. 252) das áreas mais próximas. A partir de 1962, as regiões Norte e Nordeste passam a receber uma série de investimentos privados, atraídos pelos incentivos fiscais dentro de

vários programas governamentais. Com a instalação da indústria pesada, não teria mais lógica falar de “industrialização autônoma”. O país passava a funcionar como um todo articulado e ditado pelo núcleo dinâmico da indústria: bens de produção e de consumo duráveis, que majoritariamente concentravam-se em São Paulo.

Apesar dos efeitos de bloqueio e de destruição, Cano conclui que “a análise do processo – de 1930 a 1970 – nos permite concluir que os efeitos de estímulos superaram largamente os de destruição” (p. 302). Com a integração do mercado nacional, os efeitos de complementaridade proporcionaram uma expansão considerável de produtos agrícolas e industriais nas regiões periféricas. Com o advento da industrialização pesada, “esses efeitos ensejariam considerável expansão também aos compartimentos produtores de bens de consumo duráveis e de capital” (p. 304).

Segundo Cano, com a integração do mercado nacional, a industrialização periférica começa a assistir dois movimentos: o antigo e o novo.

O antigo, decorrente da manutenção das antigas atividades primárias exportadoras que continuavam a imprimir efeitos dinâmicos sobre o compartimento industrial periférico, sobre sua produção terciária e sobre a construção civil, via urbanização. O novo, determinado pelo movimento de acumulação do centro dominante nacional, (...) atuantes no compartimento periférico urbano e rural (p. 305).

Dentro dos dois movimentos ocorreu a propagação da urbanização que imprime uma expansão tanto na indústria como na agropecuária. Com a industrialização acelerada pós-1930, São Paulo tornou-se o centro dinâmico da economia brasileira, o Estado com maior capacidade de ditar o ritmo da acumulação nacional. Dependendo da forma como a região se articulava com São Paulo, incorporava ganhos substanciais ou suas estruturas comerciais e industriais eram destruídas com a entrada de mercadorias ou de indústrias paulistas. Até os anos de 1970, podemos dividir a periferia em dois grupos: a) Estados que continuaram com suas estruturas econômicas e sociais imóveis e que mudaram com uma intervenção externa; e b) Estados que expandiram os setores que tinham alguma especialidade e, num segundo momento, diversificaram suas economias.

No primeiro grupo se concentra parte dos Estados nordestinos, cuja estrutura agrária pouco mudou, mesmo no sentido da modernização técnica. Nem mesmo o capital comercial regional foi capaz de “metamorfosear-se em capital industrial e participar, decisivamente, daquele processo de acumulação mais avançado” (Cano, 1985, p. 258). A manutenção das estruturas débeis e de relações capitalistas de produção precárias, de certa forma, inibiu a penetração de capitais vindos do Centro-sul e nas áreas em que ele entrou a concorrência foi predatória. Apesar das oportunidades de investimentos que apareceram para o capital comercial local, ele “não teve ‘fôlego’ suficiente para usufruí-las” (*ibid.*). Nas áreas que necessitavam de investimentos industriais, estes foram cobertos marginalmente pelo Estado seja de forma direta ou indireta. Conclui Cano:

Sendo assim, o capital industrial, majoritariamente originado do pólo (São Paulo) pode conviver “pacificamente”, na periferia nacional, com o capital mercantil, pois havia “espaço” institucionalmente chancelado pelo Estado e suficiente para ambos. Contudo, à medida que o potencial de acumulação do capital industrial força-o, ainda mais, rumo à periferia, e que, assim sendo, tenha que “invadir o espaço do outro”, aí sim, a centralização e concentração do capital forçarão a expulsão do capital mercantil, em direção à sua específica órbita (p. 259).

Somente com a liberação desses espaços ao capital industrial foi que o “processo de modernização da periferia” começou a caminhar. Cano afirma que é justamente nesta não metamorfose do capital mercantil para o industrial que reside “a questão básica do atraso periférico” (p. 259). A metamorfose implicaria a modernização das relações sociais de produção, que entraria em choque com as relações vigentes na agricultura tradicional.

No segundo grupo, encontram-se os Estados que tinham fortes relações comerciais com São Paulo e que aproveitaram o potencial que tinham em alguns produtos para fortalecer suas indústrias. É o caso do Rio Grande do Sul no setor de alimentos, calçados, bebidas e vestuário, e de Santa Catarina no de alimentos, têxteis e madeira. Ao mesmo tempo em que esses Estados faziam parte desse segundo grupo, passaram a diversificar e modernizar suas estruturas para setores mais dinâmicos.

O fenômeno da desconcentração econômica regional deu-se de forma mais clara a partir de 1970 com os Planos Nacionais de Desenvolvimento – em especial o II PND – e as políticas de incentivos às exportações dos anos de 1970 e 1980. A partir dos resultados desses planos e políticas – como a montagem do último estágio dos adventos da Segunda Revolução Industrial –, brotam várias interpretações sobre a desconcentração industrial e regional como: desconcentração concentrada; articulação comercial e produtiva; desconcentração poligonal e reversão da polarização; desconcentração fragmentada, e desconcentração e inflexão econômica regional. Vejamos cada tese classificada por autor.

Num trabalho pioneiro sobre a possível reversão da polarização da indústria paulista para o interior do estado na década de 1970 e início dos anos de 1980, Azzoni (1986 a; 1986 b) conclui que o fenômeno não ocorreu em São Paulo como é descrito na literatura clássica e observado empiricamente em algumas regiões nos EUA, sobretudo o Nordeste, e na Inglaterra. Para Azzoni, que trabalha com a idéia de campo aglomerativo, o que ocorreu com a indústria da Região Metropolitana da capital paulista foi apenas um espraiamento para o interior próximo cujas atividades econômicas se deslocaram para cidades num raio de 150km da capital, sendo que essas cidades não tinham forças autônomas para gerar desenvolvimento industrial endógeno. Essas cidades foram apenas receptoras de investimentos provenientes da Região Metropolitana que estavam se deslocando em função dos custos crescentes – economias de desaglomeração. Para Azzoni (1986 b),

a dinâmica industrial da área externa à Região Metropolitana de São Paulo guarda estreita relação com decisões emanadas da capital. Assim, a dispersão observada não configura uma independência locacional no concernente à atração exercida pela área central”. Nesse caso, as cidades vizinhas atuavam passivamente diante desse deslocamento (p. 73).

A crítica a essa análise é feita por Negri (1996), que vê nas décadas de 1970 e 1980 uma clara interiorização da indústria paulista e não apenas um deslocamento da indústria metropolitana para áreas mais próxi-

mas. Para Negri, a interiorização é expressa pela “modernização e desenvolvimento da vida urbana no interior do estado e pelas profundas transformações das relações econômicas e sociais que estruturam suas cidades” (p. 13). Portanto, o interior tem capacidade de atrair e gerar endogenamente novos investimentos. Isso se deu nos últimos anos basicamente pela modernização da agropecuária, instalação da indústria de alta tecnologia, desenvolvimento de pesquisa junto a centros de excelência e construção de infra-estrutura; todas, de uma forma ou de outra, exigiram a participação ativa do Estado.

Guimarães Neto (1989; 1995) atribui ao processo de integração comercial e produtiva ocorrido no Brasil nas últimas décadas como elemento integrador do parque industrial brasileiro e minimizador das disparidades regionais. Segundo Guimarães Neto (1995),

a partir das crises ocorridas nas diversas regiões exportadoras e do surgimento de condições para a sustentação do processo de industrialização, consolidou-se uma articulação comercial entre as regiões brasileiras. A industrialização, extremamente concentrada no Sudeste, constituiu-se na base a partir da qual ocorreram a formação e a consolidação do mercado interno no país. As demais regiões passaram a articular-se com o Sudeste, e com o Estado de São Paulo em particular, ajustando sua estrutura produtiva e procurando participar da divisão inter-regional de trabalho, que então se definia, com base em atividades complementares às suas ou a partir de atividades nas quais possuíam vantagens comparativas (p. 14).

Após a articulação comercial seguiu-se a articulação produtiva que é caracterizada pela implantação de novos investimentos ocupando novos espaços no território nacional fora dos tradicionais centros industriais. Isso se deu basicamente pela disponibilidade de recursos naturais e pela atuação ativa do Estado como agente orientador de investimentos diretos e indiretos.

A partir da segunda metade da década de 1970 e na década de 1980 assistimos à aceleração da interiorização da indústria paulista; o desenvolvimento de megaprojetos exportadores, como o Complexo Carajás-Fer-

rovia do Aço no Pará e a Alumar no Maranhão; a consolidação da Zona Franca de Manaus; o avanço da fronteira agrícola no Centro-oeste com o desenvolvimento de uma agricultura moderna; os projetos de irrigação no Vale do São Francisco na Bahia e no Sul do Maranhão e do Piauí; a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari na Grande Salvador e do Complexo Cloroquímico de Alagoas e Sergipe; a expansão da siderurgia em Minas Gerais e no Espírito Santo, além da indústria de papel e celulose; o desenvolvimento da indústria de calçados, metal-mecânico no Rio Grande do Sul; a indústria carbonífera, cerâmica, têxtil, metal-mecânica e agroindústria em Santa Catarina. *Grosso modo*, foram esses projetos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para reduzir as disparidades regionais, do ponto de vista estritamente industrial.

Com relação à interiorização da indústria paulista, Diniz (1991; 1993) defende a idéia de reversão de polarização ampliando a área de abrangência trabalhando com aglomeração poligonal. Segundo Diniz (1993) há três estágios de padrão no desenvolvimento regional brasileiro. O primeiro estágio vai do último quartel do século passado até os anos de 1960, quando ocorre a concentração industrial em São Paulo e aumenta o desequilíbrio regional, sendo que apenas as regiões mais próximas de São Paulo foram beneficiadas (Minas Gerais e a região Sul) e as demais (Norte e Nordeste) perdiam posição relativa. O segundo ocorreu nos anos de 1970, quando claramente se percebe uma reversão da polarização da Área Metropolitana de São Paulo para o interior. O terceiro estágio se dá com o espraiamento industrial no país impulsionado pelos projetos estatais, subsídios e incentivos fiscais, formando, a partir daí, um polígono entre Belo Horizonte-Uberlândia-Londrina/Maringá-Porto Alegre-Florianópolis-São José dos Campos-Belo Horizonte. Cabe ressaltar que, dentro deste polígono, estão sendo gestados os principais pólos de alta tecnologia.

Por um lado, do ponto de vista da economia nacional, a década de 1980 foi a “década perdida”, porém não foi verdade para alguns estados da federação como é o caso do Maranhão (exportação de minérios), Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás (agroindústria), Minas Gerais, Espírito Santo (exportação de produtos primários), Bahia e Santa Catarina; além dos estados do Norte com os projetos da Suframa e Carajás. Por outro

lado, a década foi perdida para São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná. Os estados que têm parques industriais mais complexos e integrados, foram os que mais sentiram a crise, pois qualquer queda em um dos elos da cadeia produtiva rapidamente é disseminada por todo parque, ao contrário dos demais estados que ainda estão em processo de consolidação industrial ou agroindustrial. São Paulo de forma articulada com os demais estados sempre impulsionou o crescimento do país. No entanto, nos anos de 1980, alguns estados tiveram fôlego para caminhar sozinhos, caminhada que se encerrou no início dos anos de 1990 (PACHECO, 1998). Com a abertura econômica e a reestruturação produtiva, os estados que alcançaram bom desempenho nos anos de 1980, não tiveram condições de enfrentar sozinhos a concorrência internacional e de reestruturar suas economias.

Pacheco (1998) concorda com Azzoni (1986) no que diz respeito à não-ocorrência de reversão de polarização da economia paulista, porque São Paulo ainda continua comandando a acumulação nacional, ainda é o pólo dinâmico. Houve, sim, processo de desconcentração, porém “estreito”, “pontual” e “pífio”. Segundo Pacheco,

há desconcentração sim, mas ela se manifesta mais sob forma de uma flagrante fragmentação da economia nacional, do que no crescimento solidário das regiões, com acréscimo de capacidade produtiva nos principais espaços econômicos da nação. Isto significa que a trajetória da economia brasileira nos anos oitenta e noventa sobredeterminou as possibilidades regionais, circunscrevendo-as, no que tinham de dinâmico, aos poucos incentivos ao incremento da atividade exportadora (p. 226).

Portanto, assistimos nos últimos 15 anos à desconcentração e fragmentação da economia nacional. O principal motivo dessa fragmentação foi o enfraquecimento do Estado-nação enquanto agente formulador de políticas econômicas nacionais regionalizadas.

Para analisar a questão regional no período 1970-1995 Cano (1997) estabelece dois movimentos: a acentuada desconcentração produtiva no período 1970-1985 e a inflexão da desconcentração com tendência reconcentradora de 1985-1995. No período 1970-1985, assistimos à aceleração da

interiorização da indústria paulista e o desenvolvimento de megaprojetos exportadores regionais. Já na última década (1985-1995), em função do enfraquecimento do Estado-nação e da abertura comercial e financeira, vem ocorrendo uma inflexão do processo de desconcentração econômica regional. É visível um processo de reconcentração econômica regional nos Estados ou nas microrregiões que apresentam uma economia mais dinâmica e uma infra-estrutura social básica mais atrativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que há em comum entre essas interpretações (CANO, GUIMARÃES NETO, DINIZ E PACHECO, 1998) é a negação da teoria neoclássica da localização (AZZONI E LEME, 1982) pelo fato de ela não explicar a industrialização, a formação e a integração do mercado interno e a desconcentração regional brasileira, pois o Estado foi o grande condutor da alocação de recursos, mesmo para regiões onde os investimentos eram considerados inviáveis. Nas interpretações não-neoclássicas, o ponto ótimo é substituído por políticas de desenvolvimento regional. Na verdade, a região é resultado de processos históricos, das condições herdadas do passado e das opções políticas do presente.

REGIONAL QUESTION IN BRAZIL: AN INTRODUCTION TO THE DEBATE

Abstract

The objective of this note is to present an introduction to the debate on the regional question in Brazil from some approaches: concentrated disconcentration; commercial and productive articulation; polygon disconcentration and reversion of the polarization; fragmented disconcentration; and, disconcentration and regional economic inflection.

Key words: Brazilian regional economy - concentration and regional disconcentration.

REFERÊNCIAS

AZZONI, Carlos Roberto. A lógica da dispersão da indústria no Estado de São Paulo. *In: Estudos Econômicos*. São Paulo: FIFE/USP, n. 16, 1986 b. (Número especial).

_____. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo: FIFE/USP, 1986a (Ensaio Econômico, 58).

_____. **Teoria da localização**: uma análise crítica. São Paulo: IPE/USP, 1982 (Ensaio Econômico, 19)

CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. *In: Economia e Sociedade*. Campinas: IE/UNICAMP, n. 8, jun. 1997.

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: Global, 1985.

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1990.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *In: Nova Economia*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, v. 3, n. 1, set. 1993.

_____. **Dinâmica regional da indústria no Brasil**: início de desconcentração, risco de reconcentração. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1991 (Tese professor titular).

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades regionais e federalismo. *In: SILVA, PEDRO L. BARROS & AFFONSO, RUI DE B. ÁLVARES (Orgs.). Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDP; UNESP, 1995.

_____. **Introdução à formação econômica do nordeste**: da articulação comercial à integração produtiva. Recife: Massangana, 1989.

LEME, Ruy Aguiar da Silva. **Contribuições à teoria da localização industrial**. São Paulo: IPE/USP, 1982 (Ensaio Econômico, 22)

LEMOS, Maurício Borges. **Espaço e capital**: um estudo sobre a dinâmica centro x periferia. Campinas: IE/UNICAMP, 1988 (Tese de doutorado).

NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da nação**. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

Artigo recebido em 15 de dezembro de 2005 e aprovado em 30 de março de 2006.